



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
DA COMARCA DE ITAJAÍ - SC**

Prioridade especial de tramitação do presente feito.

Art. 1.211-A do Código de Processo Civil

Procedimento administrativo DPE/SC – Fazenda nº 202/15

CLEITON DE JESUS SOUZA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG nº 6.533.717 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 063.903.299-03, domiciliado na Rua Cristiane do Nascimento, nº 627, Bairro Cordeiros, CEP 88311-152, Itajaí-SC, assistido pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Defensor Público que esta subscreve, dispensada da apresentação de instrumento de mandato (artigos 128, XI, da Lei Complementar 80/94; 16, parágrafo único, da Lei 1.060/50; e 46, X, da LC 575/12 de Santa Catarina), vem à presença de Vossa Excelência propor

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
(FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS)
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

em face do **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n. 82.951.229/0001-76, com endereço na Avenida Osmar Cunha, nº 220, Ed. J.J. Cupertino, Centro, Florianópolis (SC), CEP 88015-100; e em face do **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 83.102.277/0001-52, com sede na Rua Alberto Werner, nº 100, CEP: 88304-053, a ser citado na pessoa de seu representante legal, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:



I) Da assistência judiciária gratuita

A parte autora é assistida pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina em razão de ter comprovado insuficiência de recursos financeiros (CRFB/88, art. 5.º, LXXIV), de acordo com os critérios socioeconômicos estabelecidos pela Instituição (LCE 575/12, art. 2.º; CSDPESC, Res. 15/2014).

Com efeito, o requerente está desempregado e sobrevive do auxílio prestado por seus genitores, sendo que seu pai labora como pedreiro e auferir R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) a título de rendimentos e sua mãe labora como auxiliar de serviços gerais, auferindo cerca de R\$ 1.042,00 (mil e quarenta e dois reais) a título de rendimentos mensais.

Dessa forma, o autor não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento (declaração de hipossuficiência anexa). Assim, requer a concessão dos benefícios processuais da Justiça Gratuita, com esteio no artigo 4º da Lei nº 1.060/50.

De mais a mais, há que se destacar que o presente processo tramitará no Juizado Especial da Fazenda Pública e, por isso, não há incidência de custas e honorários de advogado, nos termos do artigo 55 da Lei 9099/95 c/c artigo 27 da Lei 12.153/2009.

II) Dos fatos

O autor foi diagnosticado como portador de esquizofrenia paranoide (CID10 F20.0) e transtorno obsessivo compulsivo (ainda não possui classificação no CID, de acordo com o médico subscritor do questionário em anexo), conforme demonstram os documentos médicos em anexo.

Desde então, submeteu-se ao tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde para tal doença, porém, conforme declaração médica, a eficácia do tratamento padronizado não foi satisfatória.



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Com efeito, o médico César C. Goulart (CRM/SC 11230) esclareceu, no questionário médico em anexo, que com o tratamento disponibilizado pelo SUS ao autor “*não se obteve a remissão dos sintomas de TOC*”.

Por essa razão, o profissional responsável pelo acompanhamento médico da parte autora prescreveu a utilização dos fármacos *Paroxetina 20mg* e *Aripiprazol 10mg*.

Restaria, assim, à parte autora custear a aquisição dos medicamentos necessários à preservação de sua vida com seus próprios recursos.

Ocorre que o autor não dispõe de recursos suficientes para o custeio do tratamento de que necessita, haja vista que, conforme orçamentos em anexo, uma caixa do fármaco *Paroxetina 20mg (Moratus)*, com trinta comprimidos, custa R\$ 53,60 (cinquenta e três reais e sessenta centavos) e uma caixa do medicamento *Aripiprazol 10mg (Aristab)*, com trinta comprimidos, custa cerca de R\$ 308,30 (trezentos e oito reais e trinta centavos), sendo que o autor necessita ingerir duas cápsulas de cada fármaco por dia, o que implica em um custo mensal com o tratamento de R\$ 723,80 (setecentos e vinte e três reais e oitenta centavos).

Registre-se que, como já dito alhures, o requerente está desempregado e sobrevive do auxílio prestado por seus genitores, sendo que seu pai labora como pedreiro e auferir R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) a título de rendimentos e sua mãe labora como auxiliar de serviços gerais, auferindo cerca de R\$ 1.042,00 (mil e quarenta e dois reais) a título de rendimentos mensais.

Dessa forma, a parte autora está impossibilitada de arcar com os custos do tratamento médico de que necessita sem prejudicar seu próprio sustento.

Assim, ante a necessidade, pela parte autora, do medicamento mencionado, a sua não disponibilização pelo Poder Público e os riscos à sua vida em caso de demora na utilização, faz-se necessária a presente postulação em Juízo.

III) Do direito



a) Da legitimidade passiva

A saúde, nos termos dos artigos 6º e 196 da Constituição Federal (CF), é direito fundamental social de toda e qualquer pessoa.

De acordo com o artigo 23, inciso II, da CF, é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde pública, devendo referidos entes elaborarem políticas sociais e econômicas na citada área (artigo 196 da CF).

A prestação da saúde à população ocorre por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços públicos, organizados pelos entes públicos num Sistema Único de Saúde - SUS (artigo 198 da CF e artigo 4º da Lei nº 8.080/90), tendo, como consequência, a concorrência de todos eles para o seu financiamento (artigo 198, §1º, da CF), o que implica a responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo cumprimento do dever de prestação da saúde, aqui incluídos o fornecimento de medicamentos e a realização de cirurgias/procedimentos médicos.

Sendo solidária a responsabilidade dos entes públicos pela prestação do serviço de saúde, poderá a parte constante do polo ativo dessa relação jurídica acionar qualquer um deles para cumprimento da obrigação, sendo desnecessário o acionamento de todos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO "ORDINÁRIA" COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO REMICADE® (INFLIXIMAB) PARA O TRATAMENTO DE PSORÍASE VULGAR EXTENSA (CID L40.0) E ARTRITE PSORIÁSICA (CID M07). PROCESSUAL CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA E CHAMAMENTO AO FEITO DA UNIÃO E DO ESTADO DE SANTA CATARINA. PRELIMINARES JÁ APRECIADAS PELO MAGISTRADO A QUO, BEM ASSIM POR ESTA CORTE EM AGRAVO DE INSTRUMENTO, AS QUAIS FORAM REJEITADAS EM AMBAS AS INSTÂNCIAS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA CONFIGURADA. **RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS TRÊS ENTES DA FEDERAÇÃO. DIREITO À SAÚDE. POSSIBILIDADE DE O CIDADÃO EXIGIR DE QUAISQUER DELES SUA EFETIVA PRESTAÇÃO.** PREFACIAIS NÃO CONHECIDAS. "[...] o funcionamento do Sistema Único



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, ou seja, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum (CC, art. 275), tratando-se de litisconsórcio facultativo (CPC, art. 46, I). [...]" (Ap. Cível n. 2007.036900-8, da Capital, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz). [...] (TJSC, Apelação Cível n. 2011.092496-2, de Criciúma, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 04-06-2013) - (sem grifos no original).

Assim, os réus respondem pela prestação de ações e serviços necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde pública. Logo, é inquestionável a sua legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.

b) Do direito à saúde

Sendo dever do Poder Público, por meio de todos os entes federativos, a promoção da saúde, como já afirmado, seu descumprimento faz surgir, em favor da outra parte na relação jurídica, a pretensão de exigir seu atendimento pelo Estado.

Não há que se falar em natureza programática das normas constitucionais que asseguram o direito à saúde (o que inviabilizaria a exigência de sua concretização pelo Poder Público), tendo em vista que a sua eficácia imediata é garantida pelo artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal, dispositivo aplicável a todos os direitos fundamentais.

As normas constitucionais garantem, com eficácia imediata, o direito público subjetivo da pessoa à saúde, relegando-se a programaticidade para o Executivo e o Legislativo quando da formulação de políticas públicas (e não de atendimento a casos individuais) na área em questão.

Ademais, referidas normas nada mais fazem do que realçar os direitos à vida (artigo 5º, caput, da Constituição Federal) e à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal), direitos individuais pacificamente reconhecidos como também dotados de eficácia imediata.

O fornecimento adequado de tratamento à saúde é serviço público essencial, devendo compreender todos os meios materiais possíveis e adequados à busca



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

do tratamento de doenças, tudo com a finalidade de preservar e melhorar a saúde da população a fim de se alcançar a dignidade da pessoa humana e a plena fruição dos direitos fundamentais.

No que tange à relação existente entre o direito à saúde e a dignidade da pessoa humana, leciona o mestre Ingo Wolfgang Sarlet, *in* A Eficácia dos Direitos Fundamentais, 11ª Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012, p. 310 e 319/320:

[...] na base dos quatro direitos sociais expressamente consagrados pelo Constituinte, se encontra a **necessidade de preservar a própria vida humana, não apenas na condição de mera sobrevivência física do indivíduo (aspecto que assume especial relevância no caso do direito à saúde), mas também de uma sobrevivência que atenda aos mais elementares padrões de dignidade**. Não devemos esquecer que a dignidade da pessoa humana, além de constituir um dos princípios fundamentais da nossa ordem constitucional (art. 1º, inc. III, da CF), foi guindada à condição de finalidade precípua da ordem econômica (art. 170, caput, da CF) - (sem grifos no original).

E completa:

[...] **uma existência digna abrange mais do que a mera sobrevivência física**, situando-se além do limite da pobreza absoluta. Sustenta-se, neste sentido, que se uma vida sem alternativas não corresponde às exigências da dignidade humana, **a vida humana não pode ser reduzida à mera existência**. [...] **a dignidade da pessoa humana apenas estará assegurada 'quando for possível uma existência que permita a plena fruição dos direitos fundamentais**, de modo especial, quando seja possível o pleno desenvolvimento da personalidade' - (sem grifos no original).

Dessa forma, o Judiciário, diante da violação do direito fundamental em comento, tem a obrigação constitucional de garantir a prestação da tutela jurisdicional devida (artigo 5º, inciso XXXV), mediante a adoção das medidas práticas que se revelem suficientes para consecução do direito almejado: a prestação de saúde.

Não há que se falar em indevida interferência do Judiciário no Poder Executivo, quando da imposição da obrigação de fazer, uma vez que aquele - não podendo se esquivar da tarefa de prestação da tutela jurisdicional - está apenas determinando a este o cumprimento da lei e da Constituição no caso concreto.



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Também não se pode aceitar a argumentação do Poder Público de impossibilidade de cumprimento de obrigação de fazer que importe despesas não previstas na lei orçamentária (artigo 167, inciso II, da Constituição Federal), uma vez que, no caso concreto, o princípio orçamentário há de sucumbir, numa ponderação de interesses, perante o direito à vida, o qual engloba, dentre outras facetas, o acesso à saúde.

Ressalta-se que o não fornecimento de medicamento em razão da ausência de padronização no SUS não é motivo suficiente para a recusa quando o remédio requerido é o único apto a atingir os fins almejados, eis que o direito à saúde - norma de cunho constitucional - não pode sucumbir perante o RENAME - publicação ministerial de natureza infralegal.

Igualmente não se pode recusar a imediata realização de consulta/cirurgia/procedimento médico necessário em razão da ausência de padronização no SUS (pelos mesmos motivos acima apontados) ou em virtude da configuração de prejuízos à coletividade pelo atendimento de demandas individualizadas, uma vez que o direito à saúde é de todos (não de apenas uma pessoa) e, independentemente de sua concretização imediata em favor da parte que busca o Poder Judiciário, aos demais continuará a ser garantido o direito.

Constata-se, pois, que o Judiciário deve intervir nas demandas de saúde, a fim de garantir o direito em comento a todos que dele necessitarem e a referido Poder recorrerem para sua prestação compulsória pelo Poder Público.

Neste sentido, colhe-se da jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. DIREITO À SAÚDE QUE SE SOBREPÕE AOS INTERESSES FINANCEIROS DO ENTE PÚBLICO DEMANDADO. ASSISTÊNCIA GARANTIDA PELA NORMA CONSTITUCIONAL. PRESCRIÇÃO MÉDICA EMITIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS. PRESUNÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO PELAS ALTERNATIVAS TERAPÊUTICAS FORNECIDAS NOS PROGRAMAS OFICIAIS. SENTENÇA QUE, INCLUSIVE, CONDICIONOU A ENTREGA À PRESTAÇÃO DE CONTRACAUTELA. [...]



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

APELO DESPROVIDO. REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.011464-6, de Palhoça, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 09-05-2013) - (sem grifos no original).

Desta forma, sendo a parte autora hipossuficiente financeiramente e havendo a necessidade de tratamento de alto custo, devidamente comprovado por médico especializado, caracterizado está o dever dos réus de atender a garantia constitucional do direito à saúde.

c) Da possibilidade de alteração do medicamento pleiteado no decorrer da demanda

É importante ressaltar que eventual necessidade de substituição do medicamento requerido no decorrer da demanda não implicará alteração do pedido inicial (o que seria vedado pelo artigo 264 do Código de Processo Civil), eis que o pleito da parte autora continuará o mesmo: o custeio, pelo Estado, do tratamento de seus problemas de saúde, quais sejam, “Esquizofrenia Paranoide (CID10 F20.0) e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC)”. Eventual variação da prescrição médica, algo absolutamente normal dentro da evolução do tratamento, não afeta seu direito constitucional à saúde.

Ademais, a interpretação do pedido inicial das ações de medicamentos no sentido do pedido de custeio de tratamento médico, incluindo-se eventual alteração do fármaco prescrito, está em consonância com os princípios da efetividade da tutela jurisdicional e do acesso à justiça (artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal).

Nesse sentido, houve manifestação recente do Tribunal de Justiça catarinense:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. POSTERIOR AGRAVAMENTO DA DOENÇA. NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DOS MEDICAMENTOS. INDEFERIMENTO NA ORIGEM, AO ARGUMENTO DE OFENSA À COISA JULGADA. SAÚDE. DIREITO FUNDAMENTAL DE DUPLA FACE, SOCIAL E INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. PRIMAZIA DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE EM RELAÇÃO AO INTERESSE ECONÔMICO DO AGRAVADO. CONCESSÃO



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

DE TUTELA ESPECÍFICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA DE URGÊNCIA PLEITEADA (PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO E PERIGO DA DEMORA). **RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.** RECURSO PROVIDO. "O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional" (AgRgRE nº 271.286, Min. Celso de Mello; RE nº 195.192, Min. Marco Aurélio)" (TJSC, AI nº 2008.006645-9, Rel. Des. Newton Trisotto). Assim, presentes os requisitos autorizadores da medida de urgência (plausibilidade do direito invocado e perigo da demora) adequada a sua concessão, para o fornecimento de medicamentos, tendo em vista a relevância do próprio bem juridicamente tutelado. Processo: 2014.003617-0 (Acórdão). Relator: Des. Ricardo Roesler. Origem: Palhoça. Órgão Julgador: Quarta Câmara de Direito Público. Data de Julgamento: 31/07/2014. Juíza Prolatora: Lilian Telles de Sá Vieira. Classe: Agravo de Instrumento - (sem grifos no original).

Destarte, considerando os princípios da economia, celeridade e efetividade processuais, bem como o direito constitucional à saúde, eventual alteração futura do medicamento pelo médico da parte autora não importará mudança de pedido, sendo descabido falar-se em violação ao artigo 264 do CPC.

d) Do caso concreto

Conforme documentos anexos à inicial, a parte autora necessita Dos fármacos *Paroxetina 20mg* e *Aripiprazol 10mg* para tratamento das doenças que o acometem, quais sejam esquizofrenia paranoide (CID10 F20.0) e transtorno obsessivo compulsivo (sem classificação no CID de acordo com o médico subscritor do questionário em anexo).

Contudo, de acordo com as informações prestadas pelo Município de Itajaí e pelo Estado de Santa Catarina, os referidos medicamentos não são disponibilizados na rede pública de saúde.



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

No que atine à necessidade de utilização dos fármacos, esta resta cabalmente comprovada.

Com efeito, o médico responsável pelo tratamento do autor, Dr. César A. C. Goulart (CRM/SC 11230), esclareceu, no questionário em anexo, que os referidos medicamentos são necessários à preservação da vida do autor, sendo que o tratamento básico disponibilizado pelo SUS não surtiu efeito no controle dos surtos esquizofrênicos que acometem recorrentemente a parte autora.

Da mesma forma, a urgência no fornecimento do fármaco resta igualmente comprovada.

Observa-se, pela leitura do questionário médico em anexo, que **caso o paciente não utilize a medicação indicada poderão ocorrer surtos psicóticos.**

Resta incontroversa, pois, a urgência.

Conclui-se, assim, que a situação da parte autora é grave, pois, embora necessite dos medicamentos referidos, não tem condições de adquirir com recursos próprios sem prejuízo de seu sustento a medicação necessária à preservação de sua vida.

Por outro lado, os fármacos não são fornecidos pelo SUS, não obstante a urgência do caso da parte, conforme comprovam as negativas anexas à presente petição.

Destarte, ante a necessidade da parte autora de utilização dos medicamentos mencionados e a sua não disponibilização pelo SUS, deve o Judiciário, com o intuito de promover o acesso à saúde, prestar a tutela jurisdicional devida, qual seja, determinar aos réus o cumprimento da obrigação de fazer da qual são devedores.

IV) Da necessidade de antecipação dos efeitos da tutela pretendida

Vem a autora requerer a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, uma vez que estão presentes seus requisitos, nos termos dos artigos 461, §3º e 273



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

do Código de Processo Civil: prova inequívoca, verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável.

Os documentos juntados aos autos pela parte autora constituem prova inequívoca das alegações constantes da inicial.

Isso porque há nos autos comprovação:

a) da necessidade de utilização dos fármacos *Paroxetina 20mg* e *Aripiprazol 10mg* para tratamento das doenças que acometem o autor, quais sejam esquizofrenia paranoide (CID10 F20.0) e transtorno obsessivo compulsivo (sem classificação no CID de acordo com o médico subscritor do questionário em anexo);

b) da impossibilidade de os referidos medicamentos serem substituídos por aqueles padronizados pelo SUS;

c) do não fornecimento dos fármacos à parte autora pela rede pública de saúde.

A verossimilhança das alegações surge, assim, do conjunto probatório que se apresenta.

O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também está presente no caso em apreço, uma vez que a parte autora necessita com urgência dos medicamentos mencionados para tratamento de sua doença, não podendo aguardar o final da demanda para iniciá-lo.

Vale frisar que, conforme afirmado pelo médico Dr. César A. C. Goulart (CRM/SC 11230), no questionário em anexo, a demora na utilização dos medicamentos pode ocasionar o surgimento de novos surtos psicóticos.

Estão presentes no caso, pois, todos os requisitos para antecipação dos efeitos da tutela pretendida, a fim de que os réus sejam compelidos ao cumprimento da obrigação de fazer consistente no fornecimento, em favor da parte autora, dos fármacos *Paroxetina 20mg* e *Aripiprazol 10mg*, em quantidade suficiente a seu tratamento, no prazo



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

máximo de 10 (dez) dias, em razão da urgência do caso, com fixação de multa diária de R\$ 1 mil em caso de descumprimento.

Em caso de descumprimento da tutela específica no prazo assinalado, sem prejuízo da fixação da multa diária, desde logo se postula a aplicação do artigo 461, § 5º, do Código de Processo Civil, a fim de se determinar o sequestro mensal de verbas públicas do réu em valor suficiente para custeio da aquisição dos referidos medicamentos, conforme orçamentos juntados em anexo.

V) Dos pedidos

Ante o exposto, a parte autora requer:

a) a antecipação dos efeitos da tutela, a fim de que os réus sejam compelidos ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente no fornecimento, em favor da parte autora, dos fármacos *Paroxetina 20mg* e *Aripiprazol 10mg*, em quantidade suficiente a seu tratamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em razão da urgência do caso, com fixação de multa diária de R\$ 1 mil em caso de descumprimento;

b) em caso de descumprimento da tutela específica no prazo assinalado, sem prejuízo da fixação da multa diária, desde logo se postula a aplicação do artigo 461, § 5º, do Código de Processo Civil, a fim de se determinar o sequestro mensal de verbas públicas do réu em valor suficiente para custeio da aquisição dos referidos medicamentos, conforme orçamentos em anexo;

c) a citação da parte adversa para, querendo, oferecer resposta, sob pena de, não o fazendo, incidir nos efeitos da revelia;

d) a produção de todo tipo de prova em Direito admitida, em especial a documental e a pericial;

e) ao fim, seja julgado procedente o pedido, para que seja reconhecido o direito da autora a ter custeado pelos réus os medicamentos necessários para o tratamento das suas doenças “esquizofrenia paranoide (CID10 F20.0) e transtorno obsessivo compulsivo (sem classificação no CID de acordo com o médico subscritor do



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
7º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

questionário em anexo)”, com base no direito público à saúde previsto no artigo 196 da CF/88, sob pena de, não o fazendo, serem condenados a multa diária no valor de R\$ 1 mil, ou outro valor que Vossa Excelência entender adequado, nos termos do artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo de outras medidas que visem ao resultado prático equivalente (art. 461, § 5º, CPC), como o sequestro da importância para a compra dos medicamentos diretamente pela parte autora;

f) a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, uma vez que a situação econômica da parte autora não lhe permite pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (artigo 2º, parágrafo único, da Lei 1.060/1950);

g) por fim, a observância das prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, a serviço da democratização do acesso à justiça, notadamente: (i) receber intimação pessoal mediante entrega dos autos com vista em qualquer processo e grau de jurisdição (LC 80/94, art. 128, I; LCE 575/12, art. 46, I); (ii) a contagem em dobro de todos os prazos (LC 80/94, art. 128, I; LCE 575/12, art. 46, I); e, (iii) representar a parte independentemente de mandato (LC 80/94, art. 128, XI; LCE 575/12, art. 46, X).

Atribui-se à causa o valor de R\$ 8.685,60 (oito mil seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) – valor aproximadamente equivalente ao custo anual do tratamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Itajaí, Santa Catarina, 11 de dezembro de 2015.

Fernando André Pinto de Oliveira Filho

Defensor Público do Estado de Santa Catarina